



Alfabetização Digital: Análise do GESAC e da construção da cidadania nas redes de informação e comunicação¹

Angela Maria Grossi de Carvalho²
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Juliano Maurício de Carvalho³
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Resumo

A inclusão digital não deve apenas dar condição de acesso à tecnologia, mas também de utilização, produção e disseminação de conhecimentos. Para verificar se as ações propostas pelo governo eletrônico (e-gov) estão realmente contribuindo para a disseminação da *alfabetização digital* e, conseqüentemente da inclusão digital, analisamos o programa GESAC - Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão, com o objetivo de contribuir para discussão e assimilação deste debate. A metodologia faz uso da pesquisa qualitativa de abordagem histórico-crítica, utilizando-se dos métodos bibliográfico e documental, privilegiando os documentos oficiais do Programa Sociedade da Informação no Brasil, do GESAC e o material publicado por grupos temáticos e pelo governo brasileiro.

Palavras-chave: Alfabetização Digital; Inclusão Digital; Tecnologias da Informação e Comunicação; Sociedade da Informação; Transferência de Informação.

A Internet e a inclusão digital no Brasil

Com a chegada da Internet, o modo de transmissão e recepção de informação sofreu profundas mudanças, revelando seu caráter democrático, dinâmico, criando assim a concepção de um meio de comunicação interativo – junção da interatividade mútua com a interatividade reativa⁴.

A ação do internauta passou a ser o grande diferencial, pois a partir da Internet o receptor passou a ser um agente ativo do processo comunicacional, não se limitando

¹ Trabalho apresentado no XVII Endecom – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestre em Educação pela Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba) e doutoranda em Ciência da Informação pela Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho). Pesquisadora do grupo de pesquisa Gestão e Políticas de Comunicação (Unesp). Correio eletrônico: angelacarvalho@marilia.unesp.br.

³ Professor e vice-coordenador do curso de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru (FAAC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Líder do grupo de pesquisa “Gestão e Políticas de Comunicação” (Unesp). Jornalista graduado pela PUC-Campinas, mestre em Ciência Política pela Unicamp e doutor em Comunicação Social pela Unesp. Correio eletrônico: juliano@faac.unesp.br.

⁴ As interatividades “mútua” e “reativa” são conceituadas por Primo (1998, p.8-11): “A interação mútua se dá através da *negociação*. Já os sistemas interativos reativos se resumem ao par *estímulo-resposta*. Na interação mútua, onde se engajam dois ou mais agentes, o relacionamento evolui a partir de processos de negociação [...] a interação mútua pode se estabelecer em ambientes informáticos enquanto o computador serve de *meio* de comunicação. O computador como interagente ativo e criativo, com percepções e interpretações verdadeiramente contextualizadas e inteligentes, ainda é um projeto do campo de pesquisa da inteligência artificial”.



mais ao simples recebimento das informações. O papel do internauta/receptor passou a ser fundamental para a expansão da rede, pois segundo Moraes (2001, p. 70),

no ciberespaço, cada um é potencialmente emissor e receptor num espaço qualitativamente distinto. Não é por seus nomes, posições geográficas ou sociais que as pessoas se agregam, mas de acordo com blocos de interesses, numa paisagem comum de sentido e de saber.

Assim, diversos assuntos ligados ao ciberespaço, à vida digital, às novas conquistas e aos desafios que a Internet nos impõe têm se tornado cada vez mais frequentes. O abismo causado pelo desenvolvimento tecnológico agrava a situação social de países periféricos – como o Brasil; na grande maioria deles, não há autonomia tecnológica, já que os investimentos em pesquisa são baixos ou inexistentes, sem falar da onda de privatizações no ramo das telecomunicações.

Na *web*, a gama de opções é bastante vasta, a ajuda mútua e campanhas comunitárias fazem da Internet um dos maiores espaços de troca de informações e solidariedade. Segundo Moraes (2001, p. 75).

na ausência de uma ordem totalizante, pessoas, grupos ou entidades movem-se na Web de acordo com seus valores e conveniências, consignados em escolhas individuais ou comunitárias. Os usuários formam comunidades autônomas, de tamanhos substantivos e predispostas a respostas, a estímulos associativos [...] surgem ajudas mútuas e laços de solidariedade.

Com isso, a Internet se tornou alvo da preocupação de várias organizações não-governamentais, do próprio governo e de outros organismos, uma vez que a falta de acesso à rede pode gerar um abismo social ainda maior do que o já existente. Assim, vários projetos de inclusão digital têm sido criados no Brasil com o intuito de utilizar as redes como forma de transmissão de conhecimentos, e tentam reverter o quadro gerado pela falta de acesso, transformando a exclusão digital numa inclusão digital.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são alvo dessa discussão, uma vez que podem transformar o modo de vida de muitas pessoas, seja no âmbito social, econômico e cultural. As possibilidades oferecidas pela rede são as mais variadas possíveis. A problematização da inclusão digital gira em torno do fato de que a pessoa digitalmente excluída geralmente é alguém que já está na rede, mas não conhece todas as possibilidades que a Internet pode oferecer. Dessa forma, a exclusão se constitui no fato de ela não conseguir absorver, compreender e manusear tudo o que a rede lhe



oferece. Por não ter a plena usabilidade dos recursos, essa pessoa torna-se uma *analfabeta digital*.

O ponto a ser discutido é se o processo de reversão desse quadro, a alfabetização digital, é construída apenas pela construção de uma consciência de uso da Internet ou se ela é calcada nas práticas e nos processos de assimilação, compreensão dos instrumentos e adaptação ao meio que levem o aprendente⁵ e/ou os internautas a compreenderem as condições de uso do espaço público virtual⁶.

Alfabetização Digital: uma realidade muito distante

O tema da alfabetização digital vem ganhando espaço tanto no campo educacional quanto no cotidiano das pessoas. Alfabetização digital é, segundo Rondelli (2003),

a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Para isso, computadores conectados em rede e softwares são instrumentos técnicos imprescindíveis. Mas são apenas isso, suportes técnicos às atividades a serem realizadas a partir deles no universo da Educação, no mundo do trabalho, nos novos cenários de circulação das informações e nos processos comunicativos.

O *Livro Verde* menciona que a alfabetização digital deve ser promovida em todos os seus níveis de ensino, destacando a necessidade de aumentá-la no Brasil. Essa é uma das condições essenciais para que haja um aumento no grau de penetração das TICs na sociedade como um todo. Segundo Bonilha (2001, p.7) é

[...] no capítulo que trata da ‘Universalização de serviços para a cidadania’ que este conceito é melhor explicitado. Diz que a alfabetização digital está relacionada à aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, habilidades que aumentem as oportunidades no mercado de trabalho. Ou seja, ser alfabetizado digital é ser usuário de serviços oferecidos pelas novas tecnologias.

Para o Programa SocInfo no Brasil, a alfabetização digital é sinônimo de habilidades básicas na utilização das TICs, fazendo com que o cidadão seja mais que um

⁵ O conceito de “aprendente” é proposto por Hugo Assmann (2003, p. 72) como oriundo de um modelo de “sociedade do conhecimento”, em que o indivíduo assume a condição permanente de aprendente. “Estamos ingressando na era das redes, da telemática, da Internet e da sociedade da informação, entendida cada vez mais como sociedade aprendente e sociedade do conhecimento. [...] Informação e conhecimento se transformam no *fator produtivo mais relevante* no contexto da mundialização das economias. É certamente inegável que o acesso à informação e ao conhecimento, ou seja, a transformação de todos os aprendentes passou a ser uma condição para participar dos frutos do progresso tecnológico”.

⁶ A noção de “espaço público virtual” que trabalhamos vem da abordagem de “esfera pública”, proposta por Habermas (1984). A web, um serviço/modalidade da Internet (rede mundial de computadores), vem se configurando como espaço de troca, produção de sentidos, disseminação comunicacional, em que a virtualidade é condição para o novo modo de relação social, a cultura digital.



consumidor de informações, bens e serviços. “O problema não está em conceber a alfabetização digital nessa perspectiva, e sim em prever que isso é suficiente para considerar o indivíduo incluído na ‘sociedade da informação’”. (BONILHA, 2001, p.7). Mas o conceito de inclusão é muito mais abrangente que isso, “significa que aquele que está incluído é capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social, em todas as suas instâncias”. (BONILHA, 2001, p.7).

O problema dessa concepção é reduzir as necessidades informacionais, pois não bastam cursos de curta duração, é necessário uma aculturação tecnológica, política e social em torno das TICs para só então fazer com que elas sejam parte de um processo contínuo de aprendizagem. Outro fator que deve ser considerado é a necessidade latente da alfabetização no seu sentido mais amplo, fazendo assim com que a alfabetização digital seja mais um ponto do processo de aprendizagem, não a única e exclusiva alternativa.

O *Livro Verde*, no seu capítulo que trata da “Educação na sociedade da informação”, diz que, para alguém ser alfabetizado digitalmente, é preciso fluência na “capacidade de reformular conhecimentos, expressar-se criativa e apropriadamente, bem como produzir e gerar informação”. (TAKAHASHI, 2000, p.7). Apesar de dar a pista, o *Livro Verde* não aprofunda o assunto, dizendo apenas que essa capacidade é apenas reservada “a profissionais com conhecimentos especializados em TIC, contudo, aprofunda a polarização: alfabetização digital para a grande maioria da população, os consumidores, e fluência para a pequena parcela que consegue realizar cursos de nível superior”. (BONILHA, 2001, p. 7).

Os vários projetos existentes favorecem, portanto, na medida de suas possibilidades, a diminuição das disparidades sociais entre aqueles que têm acesso a essas tecnologias e aqueles que passam a ter acesso não só à informática, como também à Internet. Segundo Sampaio (2003), as iniciativas de inclusão digital “são aquelas que visam a oferecer à sociedade os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de informática e de telecomunicações existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos”.

A inclusão digital assemelha-se, portanto, à idéia de alfabetização digital, numa equivalência com a perspectiva da alfabetização no processo de inclusão social, voltando o foco para aqueles que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, acrescentando a temática da tecnologia digital no sentido de somar esforços para atenuar essa diferença. Segundo Cabral (2004),

As ações necessárias para a inclusão social envolvem diversas áreas como saúde, Educação, habitação, saneamento básico, etc. Oferecer saúde à população não é simplesmente oferecer determinados tipos de remédios ou médicos, pautados por uma determinada concepção de saúde ou corpo são, mas sim proporcionar o acesso ao sistema de saúde oferecido pelo Estado ao conjunto da população. Poderíamos dizer o mesmo da escola com relação ao processo educacional, das moradias com relação ao sistema habitacional, etc.

Segundo Silveira (2001, p.21) “é preciso inserir as pessoas no dilúvio informacional das redes e orientá-las sobre como obter conhecimento”. Segundo ele, a pobreza será reduzida com a construção de coletivos sociais inteligentes que sejam “capazes de qualificar as pessoas para a nova economia e para as novas formas de sociabilidade, permitindo que se utilizem as ferramentas de compartilhamento de conhecimento para exigir direitos, alargar a cidadania e melhorar as condições de vida”. (SILVEIRA, 2001, p.21).

As comunidades mundiais ligadas às TICs, entre elas o Programa Sociedade da Informação, buscam alternativas para que essas diferenças sociais, existentes há muito, não sejam acrescidas também da exclusão digital. Obviamente essa preocupação se dá por interesses econômicos dos vários grupos ligados ao desenvolvimento das TICs. Ao se debater sobre exclusão, vale a pena ressaltar que, segundo Rangel (2003), “existem muitas pessoas sem acesso a microcomputadores e à Internet, mas não podemos ficar restritos a essa constatação [...] Na verdade, a única inclusão ou exclusão que existe é a social – de conhecimento, informação, gênero, raça, justiça e cidadania”.

Tendo em vista o cenário atual, o papel governamental é fundamental para a alavancagem da inclusão digital. Para um indivíduo estar incluído digitalmente não basta estar na rede, mas também saber utilizar a sua potencialidade. Segundo Rangel (2003),

Inclusão digital não é premiação com equipamentos de informática, linhas de crédito ou Internet grátis. É tudo isso e muito mais. [...] É tornar o indivíduo capaz de se desenvolver, de buscar informações e de transformar a sua realidade, interferindo com qualidade nos espaços democráticos existentes, ou mesmo sendo capaz de criar novos espaços para o desenvolvimento da justiça, da paz e da igualdade.

A falta de condições econômicas, somada à falta de conhecimentos específicos, gera um contingente de excluídos digitais. Segundo Silveira (2001), estaríamos vivendo um momento de *apartheid* digital.

A governança na Internet

No Brasil, a utilização dos recursos tecnológicos de informática e comunicação está limitada a uma pequena camada da população, o que acaba contribuindo para a concentração de poder e renda e, conseqüentemente, acentuando as diferenças sociais.

Um fator importante a ser considerado, que reforça ainda mais a necessidade de se implementar uma política de inclusão digital, é o chamado “governo eletrônico”⁷: atualmente, o governo federal põe à disposição na web 72% dos serviços que presta à população. Entretanto, como apenas uma minoria tem acesso à Internet, a intenção de desburocratizar a vida do cidadão acaba beneficiando apenas uma pequena camada da população, ou seja, a mesma parcela em que estão concentrados o poder e a renda.

A posição do governo brasileiro em relação ao uso das TICs e da apropriação do espaço público virtual mostra que a inclusão digital, apesar de ser importante, é vista apenas pelo lado da conectividade. Ao fazer a apresentação do *Livro Verde*, os formuladores dizem que:

Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. A criação e manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão contam-se em iniciativas prioritárias da ação pública. Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A chamada “alfabetização digital” é elemento-chave nesse quadro (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

Para o *Livro Verde*, *alfabetização digital* é a “aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários” (TAKAHASHI, 2000, p. 31). Essa capacitação seria a utilização de *softwares* e programas, com o intuito de estimular o cidadão a se tornar um produtor de informação, não apenas um receptor. É importante ressaltar que o simples fato de o indivíduo utilizar *softwares* e programas não significa que ele possa ser um agente ativo da rede. Faz-se necessário o uso consciente das TICs. Não basta aprender a utilizar as planilhas de cálculos ou os editores de textos, é preciso entender a lógica do processamento da informação.

⁷ Governo Eletrônico, também chamado de e-gov, é a versão digital do Governo na Internet. No próximo capítulo trabalharemos melhor as definições, metas, ações e perspectivas do e-gov.



O *Livro Verde* contempla programas e propostas do governo com ações voltadas em especial a três grandes frentes: “**educação pública, informação para a cidadania e incentivo à montagem de centros de serviço de acesso público**⁸ à Internet” (TAKAHASHI, 2000, p. 33).

Seguindo uma tendência mundial, muitos países passaram a implantar programas voltados à inclusão digital, com o intuito de disponibilizar os serviços públicos oferecidos pelo Estado na Internet. Assim, a administração pública passou a ter uma transparência maior, além de facilitar a vida do cidadão que necessita dos serviços públicos. Esse movimento passou a ser chamado de *e-gov*, ou governo eletrônico. Pode-se dizer que o governo eletrônico é uma forma adotada pelo Poder Público, utilizando as TICs, para fomentar o acesso e elevar os níveis de agilidade na prestação de serviços por parte desse mesmo Poder Público.

Na essência, o governo eletrônico pode ser observado pelos estudiosos em três modalidades de transações distintas, como:

1. G2G (government to government)
2. G2B (government to business)
3. G2C (government to citizen)

A primeira modalidade se refere às relações praticadas internamente pelos governos com sua estrutura e externamente com outros governos. A segunda refere-se à prática de atos, por intermédio dos meios eletrônicos, entre o governo e as empresas que realizam negócios para com aquele. Já a terceira é realizada pelo estreitamento das relações entre os órgãos governamentais e os cidadãos, com o intuito de ampliar as possibilidades de democratização da prestação de um serviço público virtual, amparado na eficiência e na qualidade, e com real redução de custos para o aparelho estatal.

As principais características do *e-gov* são:

1. prestação eletrônica de informações e serviços;
2. regulamentação das redes de informação, envolvendo principalmente governança, certificação e tributação;
3. prestação de contas públicas, transparência e monitoramento da execução orçamentária;
4. ensino à distância (*e-learning*), alfabetização digital e manutenção de bibliotecas virtuais (inclusão digital);

⁸ Grifo do autor.



5. difusão cultural com ênfase nas identidades locais, no fomento e na preservação de culturas locais;
6. implementação de sistemas de busca e localização eletrônica (*e-procurement*), isto é, aquisição de bens e serviços por meio da Internet, como licitações públicas eletrônicas, pregões eletrônicos, bolsas de compras públicas virtuais e outros tipos de mercados digitais para os bens adquiridos pelo governo;
7. estímulo aos negócios eletrônicos (*e-business*), por meio da criação de ambientes de transações seguras, especialmente para pequenas e médias empresas⁹.

A essência do *e-gov* é fomentada no direito de acesso de todo o cidadão à informação, ao conhecimento, ao refletir sobre as ações públicas e sobre todos os seus direitos e deveres prescritos na Constituição Federal brasileira. Dessa forma, o acesso às tecnologias da informação e comunicação é fundamental e a discussão sobre inclusão digital é tão necessária quanto urgente.

As primeiras discussões sobre governo eletrônico no Brasil datam do ano de 2000. Foi por meio do Decreto Presidencial nº. 3, de abril de 2000, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que a Casa Civil da Presidência da República criou o Grupo de Trabalho Interministerial, com o intuito de verificar e recomendar políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação e de utilização das TICs. Esse grupo foi denominado Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTTI).

A criação do GTTI foi formalizada pela Portaria da Casa Civil nº 23, de 12 de maio de 2000. Suas ações passaram a ser interligadas com as metas propostas pelo Programa Sociedade da Informação, então coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC foi criado no último ano do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da Portaria nº 256¹⁰, de 13 de março de 2002.

O projeto inicial apresentava uma proposta para a universalização do acesso à Internet, com destaque para o atendimento às populações de baixa renda de todo o país. Para isso, pretendia-se instalar 3.200 terminais do GESAC em pontos de grande circulação

⁹As características do *e-gov* estão listadas no site <http://www.alfa-redi.org/upload/revista/81204--0-44-bruno.pdf>

¹⁰ Publicada no *Diário Oficial da União* de 16 de março de 2002.



de pessoas, possibilitando ao cidadão brasileiro acesso gratuito às informações e serviços do governo, por meio da Internet. De acordo com o programa, os terminais estariam disponibilizados em unidades nucleares¹¹ ou isoladas.

O projeto inicial previa que nesses locais o usuário poderia contar com a orientação de pessoal especialmente treinado para prestar atendimento ao público no uso dos serviços disponibilizados. As unidades isoladas, ao contrário, não seriam dotadas de pessoas para auxiliar o usuário, que deveria utilizar o sistema de auto-atendimento, como os propagados pelas agências bancárias em todo o país. Nas unidades isoladas, os terminais seriam mais robustos e deveriam contar com suporte remoto para orientação de uso.

A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva – iniciado em 2003 –, o projeto GESAC tomou novos rumos, e transformou-se num grande projeto de inclusão digital à luz das diretrizes propostas pelo governo eletrônico brasileiro. O novo programa valoriza aspectos não considerados em sua versão original, partindo do pressuposto que promover a inclusão digital é

trabalhar as comunidades que foram beneficiadas pelo programa GESAC para uso intensivo das TIC's (1), na sua produção de conteúdos (2), no desenvolvimento de conteúdos de forma cooperada e à distância com outras comunidades (3), na interação com a comunidade de Software Livre, tendo o suporte desta e contribuindo com resultados para ela (4) e no fomento ao desenvolvimento cultural e econômico local (5). (GESAC, 2004)¹².

Outros aspectos, como parcerias, interatividade, instalação de telecentros e ações articuladas com outros programas de governo também merecem ser apontados. É possível identificar a reformulação do programa¹³ em três fases. A primeira, entre fevereiro e maio de 2003, definiu a reestruturação do programa. A segunda fase compreendeu o período de junho de 2003 a março de 2004, quando foram instalados os 3.200 pontos de presença em todo o território brasileiro, sendo o acesso por meio de satélite. Essa fase contou com as parcerias entre governo federal, governos estaduais e municipais, iniciativa privada e o terceiro setor. Finalmente, a terceira fase, desde abril de 2004, é caracterizada pela: (1) expansão do programa; (2) criação de novos serviços; e (3) fomento de redes de conhecimento¹⁴. A expansão do programa prevê ampliação da

¹¹ Entendem-se por unidades nucleares, os espaços com possibilidade de abrigar conjuntos de microcomputadores.

¹² Disponível em: <http://www.idbrasil.gov.br/docs_prog_gesac/institucional/apres200406/13.htm>. Acesso em: jul. 2005.

¹³ O Desafio da Inclusão Digital por um Brasil Cidadão. Disponível em: <http://www.idbrasil.gov.br/docs_prog_gesac/institucional/apres200406/index.htm>. Acesso em: jul 2005.

¹⁴ Disponível em: <http://www.idbrasil.gov.br/docs_prog_gesac/institucional/apres200406/2.htm>. Acesso em: jul. 2005.



banda de satélite, que passará de 50 MHz para 90 MHz, o que propiciará o aumento da qualidade e dos serviços, além da expansão dos pontos de presença até o final de 2006.

O programa não é modesto na proposta de concepção de novos serviços a serem implementados para as comunidades usuárias do Gesac e inclui:

- Telefonia IP
- Vídeos educativos selecionáveis em MPEG-4
- Telemedicina
- Vídeo-conferência (multi-cast)
- SIG - Sistema de informações georeferenciadas (com uso de software livre)
- Segurança Pública

Para alcançar seus objetivos, o Gesac propõe fomentar entre as comunidades, a criação de ‘Rede Horizontal de Conhecimento e Capacitação’ por meio do ‘desenvolvimento de projetos comunitários solidários, fortemente articulados e sustentados pelos serviços de TIC’ (GESAC, 2004) e uso intensivo de Software Livre.

Pode-se dizer que a Rede de Conhecimento e Capacitação seja um dos grandes diferenciais do programa Gesac, proposto por FHC e o que vem sendo realizado pelo governo Lula, uma vez que promover a inclusão digital é muito mais do que instalar terminais para o cidadão ter acesso às informações do governo.

O caminho para uma sociedade da informação deve considerar como objetivos a geração de renda, valorização da produção cultural local, a troca de experiências e a solidariedade. É possível perceber essa preocupação nos objetivos apontados no programa Gesac sobre a formação da Rede de Conhecimento e Capacitação que propõe: (1) a criação de rede horizontal e solidária; (2) a viabilização de intercâmbio de informações; (3) a geração de renda e negócios; (4) a produção e divulgação cultural; (5) a capacitação por meio de educação à distância; e (6) a apropriação do conhecimento das TIC pelas classes mais desfavorecidas economicamente. Segundo Knight (2004)

A idéia de que corresponde ao governo construir e manter estradas digitais, assim como constrói estradas comuns para promover o desenvolvimento econômico e social, é fundamental. [...] talvez seja um dos sucessos deste Governo. Constrói estradas digitais no espaço que conectam a população de regiões remotas do Brasil com o governo, com a economia do conhecimento, com o mundo globalizado¹⁵.

¹⁵ Artigo publicado originalmente na revista *Banco Hoje*, edição de abril de 2004, p. 46.



O programa Gesac desenvolveu dois portais, denominados **idbrasil** (inclusão digital Brasil), voltado às ações governamentais e **idbrasil.org** voltado às ações da comunidade. Os portais são integrados entre si para atingir os objetivos elencados pelo programa. O primeiro disponibiliza conteúdo do governo e descreve a proposta do programa, bem como disponibiliza histórico e ferramentas, enquanto no segundo está o conteúdo das comunidades, com a disponibilização das tecnologias da informação e comunicação para estruturação da *Rede de Conhecimento Solidário*. Em comum, os portais foram elaborados a partir de *softwares* livres e são instrumentos de formação e informação. A descrição dos portais aponta as peculiaridades de cada um.

Além do Ministério das Comunicações (MC), participam efetivamente do projeto o Ministério da Defesa (MD), Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MESA). Articulados, estes quatro ministérios somam a política de universalização dos meios de comunicação, as políticas comunitárias e estratégicas e a política de Educação à política de combate à fome.

As comunidades beneficiadas pelo programa foram escolhidas por apresentarem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estarem em regiões onde as redes de telecomunicações não oferecem acesso à Internet em banda larga e por terem alguma organização no desenvolvimento de atividades comunitárias culturais apoiadas ou que poderiam vir a ser apoiadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Considerações Finais

O debate em torno das tecnologias da informação e comunicação vem despertando as sociedades globais para um sério problema, a exclusão digital, que ao ser incorporada com a exclusão social pode gerar um abismo social nunca antes visto. Ao ser privado dos seus direitos, o indivíduo também é privado de um dado conhecimento que passa a ser processado numa velocidade assustadora.

As TICs passaram a desenvolver um papel fundamental na sociedade, o de responsáveis pela alavancagem de setores como o econômico, o social e o cultural. A implantação e disseminação da Internet vieram para reforçar esse papel das TICs.

Ao perceber a imensidão da rede, vários organismos nacionais e internacionais passaram a ter uma preocupação bastante pertinente em relação ao uso das TICs. Para que essas tecnologias não fossem mais um fator de exclusão social, os organismos,



governamentais ou privados, passaram a buscar novas formas de inserir o indivíduo no mundo das TICs. Esse movimento ganhou o nome de inclusão digital. Mas para estar incluído digitalmente é necessário, antes de tudo, ser alfabetizado digitalmente. Não basta entrar na rede, deve-se saber antes qual é porta de entrada.; depois, deve-se saber como ela funciona, como pode ser utilizada, qual é sua potencialidade.

Assim, o tema foi sendo amadurecido e ganhou corpo ao longo do período da pesquisa. Em muitos momentos, não se encontrou bibliografia sobre o assunto, justamente pelo fato de ele ainda estar em constituição. Muito do material produzido está disponível na rede em *sites* de organizações não-governamentais que trabalham na perspectiva da inclusão digital.

Os objetivos centrais da pesquisa foram: a) elaborar uma conceituação sobre *Alfabetização Digital*; b) verificar as ações propostas pelo *Programa Sociedade da Informação no Brasil*; c) averiguar as ações de governança sobre o tema.

Durante a pesquisa documental, o *Programa Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde* foi um instrumento fundamental. O *Livro Verde* é hoje o documento mais importante para a construção da sociedade da informação. Nele, o tema *Alfabetização Digital* é tratado como –parte do processo de inclusão digital. O *Livro* não vê a *Alfabetização Digital* como algo fundamental. É como se o Programa dissesse que, para aprender a ler, escrever, compreender, basta ter um caderno e um lápis.

Contudo, o simples fato de estar presente na rede não garante ao cidadão a possibilidade de utilizar o espaço público virtual como um espaço de troca, de aprendizagem, de assimilação e de criticidade. A Internet deve ser vista como um espaço de aprendizagem, um espaço informacional e comunicacional.

A discussão em torno do tema está apenas começando e deve ganhar força nos próximos anos, à medida que cresce a necessidade de se buscarem alternativas para a inclusão digital.

O governo, em parceria com a sociedade civil, tem função primordial na alavancagem do processo de *Alfabetização Digital* e, conseqüentemente, de inclusão digital. Só é possível haver um processo de *Alfabetização Digital* se medidas forem tomadas imediatamente em todos os âmbitos sociais. Assim, acreditamos que a *Alfabetização Digital* encontra-se ainda na sua fase de implantação e que há ainda muito a ser feito.

Verificamos que a inclusão digital é formada pelo tripé de Tecnologias da Informação e Comunicação, Renda e Educação. Para sua constituição, é necessária a participação do Primeiro, Segundo e Terceiro Setores.



A conceituação de *Alfabetização Digital* é distinta para o governo e para o terceiro setor. Para o *Livro Verde*, documento oficial do governo, é “aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários” (TAKAHASHI, 2000, p. 31). Já para o Terceiro Setor é “aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos”. (RONDELLI, 2003).

Observamos, ao longo da pesquisa, que *Alfabetização Digital* é mais do que isso. *Alfabetização Digital* é mais do que estar na rede: é ter consciência do seu papel, produzir novos conteúdos e consumir os existentes, ter usabilidade plena da potencialidade que a rede oferece.

Assim, programas voltados à expansão da inclusão digital e da Alfabetização Digital acabam sendo instrumentos importantes para que esta se concretize. Nesse sentido, observamos que o GESAC -- Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão, criado em março de 2002 com o intuito de universalizar o acesso à Internet, a partir de 2003, no governo Lula, se transformou em um grande projeto de *inclusão digital*. Seus aspectos mais importantes são: parcerias, interatividade e instalação de telecentros.

Os instrumentos de e-gov, especialmente o Gesac, são viáveis por duas razões:

- Utilização de *software livre*. Os recursos disponíveis na web são elaborados com o código aberto, buscando facilitar a programação para outras usabilidades e sem custo.
- Ação multiplicadora: A filosofia do projeto é centrada na capacitação de multiplicadores. Agentes nas comunidades são formados pelos programas do sistema e funcionam como multiplicadores.

Dessa forma, podemos considerar que o Gesac é uma apropriação dos instrumentos de e-gov na medida em que potencializa as ações previstas no *Livro Verde*. Além de ser um importante instrumento para a inclusão digital e, conseqüentemente, para a *Alfabetização Digital*, pois trabalha com as camadas mais desfavorecidas, fazendo com que elas façam parte do mundo digital.

Referências bibliográficas



ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Revista Ciência da Informação – IBICT**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000.

_____. **Reencantar a Educação** – rumo à sociedade aprendente. 7ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2003.

BONILHA, Maria Helena. O Brasil e a alfabetização digital. **Jornal da Ciência**. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2001, p. 7. Disponível em: < <http://www.faced.ufba.br/~bonilla/artigojc.htm> > . Acesso em: Jan. 2005.

BRASIL. **Lei n. 10.176**, de 11 de janeiro de 2001. Diário Oficial da União. 2001.

BRASIL. **Portaria n. 148**, 31 mai. 1995. Dispõe sobre o uso de meios da rede pública de telecomunicações. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/Biblioteca/Legislação/PortariasNormas/normas/Norma_004_95.html>. Acesso em: 14 jun. 2003.

BRASIL. **Plano Plurianual**. Ministério do Planejamento. Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/anexos/anexos2/index.htm>>. Acesso: em 15 out. 2003.

BRASIL. **Lei 9.998 de 17 de agosto de 2000**. Cria o Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações(Fust). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9998.htm>. Acesso em: 13 nov. 2003.

CABRAL, Adilson. **Sociedade e tecnologia digital: entre incluir ou ser incluída**. Disponível em: < <http://www.ourmedianet.org/papers/om2004/Cabral.om4.port.pdf>>. Acesso em: jan. 2004.

COMITÊ Gestor da Internet no Brasil (CG). **Pesquisa Internet Domain Survey**. Disponível em: <<http://www.cg.org.br/clipping/2004/clip-2004.htm#5> >. Acesso em 20: mar. 2004.

_____. **Indicadores de crescimento da Internet**. Jun. 2004. Disponível em: <<http://www.cg.org.br/indicadores/brasil-mundo.htm#mundo>>. Acesso em: 20 abr. 2004b.

GOVERNO ELETRÔNICO. **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br>>. Acesso em: out. 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KNIGHT, Peter T. GESAC – Estradas digitais. Disponível em: <<http://www.tedbr.com/publicacoes/bancohoje4-04.htm>>. Acesso em jul. 2005.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Banco de dados**. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.undp.org/hdr2003>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual** – mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Sala de Prensa**. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art156.htm>>. Acesso em: jun. 2002.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. In: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998, Recife. **Anais eletrônicos**... Recife, Intercom, 1998. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt10/GT1004.PDF>>. Acesso em: 24 nov. 2003.



RANGEL, Alexandre M. O Brasil precisa é de inclusão social. IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2004.

RANGEL, Alexandre M Exclusão Cefálica. **Sete pontos**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, mai. 2003. Disponível em <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/1/cefalica.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2004.

RONDELLI, Elizabeth. Quatro passos para a inclusão digital **Sete pontos**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/5/4passos.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2004.

SAMPAIO, Jorge Tadeu. **O que é inclusão digital?** Disponível em: <<http://www.sampa.org/sgc/base/arq.asp?idarq=92>>. Acesso em: 20 abr. 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SOCIEDADE DIGITAL (Socid). **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.socid.org.br>>. Acesso em: 26 abr. 2004.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. **Notas sobre a sociedade global da informação, as Nações Unidas e o Brasil**. (Subsídios para Referência). Ministério da Ciência e Tecnologia. SocInfo/DOC/006a. 2002.